

Cultura etnocêntrica para o ensino da Língua Portuguesa: Desafios e perspectivas

Libânia Maria Pinheiro Borges
Mestre em Ciências da Educação
Endereço: Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: Liba.pinheirob@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa como a cultura etnocêntrica influencia o ensino da língua portuguesa no Brasil, especialmente em contextos educacionais. A imposição da norma culta e do português formal sobre as variações linguísticas regionais e culturais reforça desigualdades sociais, excluindo formas de fala comuns em comunidades indígenas, negras e periféricas. Embora políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) proponham uma valorização da diversidade linguística, a implementação prática nas escolas ainda é limitada e enfrenta resistência. Este estudo defende uma mudança de perspectiva que valorize todas as variantes da língua, considerando-as legítimas formas de expressão. O artigo também aponta a necessidade de reformulação na formação docente para preparar professores que respeitem e valorizem a diversidade linguística, promovendo uma educação inclusiva e democrática. Ao integrar as variações linguísticas ao ensino da língua portuguesa, espera-se que os alunos possam se ver representados, valorizados e respeitados, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Diversidade Linguística. Etnocentrismo. Inclusão Educacional. Ensino de Português.

1 INTRODUÇÃO

A língua portuguesa, em sua complexidade e riqueza, não se limita a um conjunto de regras gramaticais e vocabulários. Ela carrega consigo toda uma história cultural e social que, em muitos contextos, reflete a visão de mundo e os valores de diferentes grupos sociais. No Brasil, um país caracterizado por sua diversidade étnica e cultural, o ensino da língua portuguesa muitas vezes se apresenta de forma etnocêntrica, ou seja, sob a perspectiva de um grupo dominante, desconsiderando a pluralidade de culturas e experiências que existem dentro da sociedade. O conceito de etnocentrismo se refere à tendência de julgar outras culturas com base nos padrões da própria cultura, valorizando suas práticas e valores como sendo superiores aos dos outros. Esse fenômeno, no contexto educacional, pode limitar a compreensão e a valorização de diversas formas de expressão e de vivências culturais, prejudicando a formação de cidadãos críticos e respeitosos com as diferenças.

O ensino da língua portuguesa no Brasil, em muitas de suas abordagens tradicionais, tem se apoiado em uma visão de mundo ocidental e eurocêntrica, em que a cultura e a língua do colonizador são vistas como modelos a serem seguidos e transmitidos. Esse modelo, profundamente marcado pela herança colonial, impõe uma norma linguística que se distancia das realidades linguísticas e culturais das diversas comunidades brasileiras, muitas das quais possuem suas próprias línguas, dialetos e formas de expressão. Essa perspectiva, ao desconsiderar a multiplicidade cultural presente no país, contribui para o processo de



marginalização e invisibilidade de populações historicamente subalternizadas, como os indígenas, negros, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos culturais. Por outro lado, uma abordagem mais inclusiva e plural para o ensino da língua portuguesa poderia contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Em vez de reforçar um modelo de ensino etnocêntrico, que valida apenas um tipo de experiência cultural, seria possível fomentar uma educação que reconheça e valorize as diversas formas de falar e de ser, respeitando as diferenças e promovendo a interculturalidade. Para tanto, é necessário repensar as práticas pedagógicas e os currículos, criando espaços de aprendizagem que incentivem o respeito às diferentes expressões culturais e linguísticas presentes no Brasil, e que promovam uma visão crítica da história e das relações de poder que moldaram o país.

Este artigo visa analisar a influência da cultura etnocêntrica no ensino da língua portuguesa, destacando como as abordagens tradicionais de ensino ainda reproduzem uma visão limitada e excludente, e sugerindo alternativas pedagógicas que possam contribuir para um ensino mais inclusivo, que respeite a diversidade cultural e linguística do Brasil. Ao longo do texto, serão discutidos os conceitos de etnocentrismo e eurocentrismo, suas implicações para a educação, e a importância de adotar práticas pedagógicas que favoreçam o diálogo intercultural, o reconhecimento da diversidade e a construção de uma identidade nacional mais plural.

Além disso, será abordado o papel do professor de língua portuguesa na construção de uma pedagogia inclusiva, refletindo sobre as estratégias didáticas que podem ser utilizadas para integrar as diversas formas de expressão linguística e cultural no processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é não apenas questionar a hegemonia de uma língua e cultura, mas também abrir caminhos para a valorização das diversas formas de falar e de viver que coexistem no país, fortalecendo, assim, o caráter democrático e plural da educação brasileira. Para que esse processo de transformação seja possível, é fundamental que se desconstruam as práticas pedagógicas tradicionalmente etnocêntricas, que frequentemente desconsideram ou marginalizam outras culturas e formas de expressão. Isso requer uma mudança significativa na concepção de ensino da língua portuguesa, que deve ser entendida não apenas como a transmissão de um código linguístico homogêneo, mas como uma prática social dinâmica e múltipla, capaz de refletir a diversidade de contextos em que a língua circula.

O professor de língua portuguesa, portanto, tem um papel crucial nesse processo. Ele não é apenas um transmissor de conteúdos fixos, mas um mediador da cultura e das relações sociais, capaz de orientar seus alunos a perceberem as diferentes possibilidades de uso da língua em variados contextos. Em vez de reforçar a ideia de uma língua única e "padrão", deve-se valorizar as múltiplas variações linguísticas que existem no Brasil, seja no âmbito das línguas indígenas, no português falado em diferentes regiões do país, ou nas diversas formas de expressão da cultura popular. O professor pode, por exemplo, adotar abordagens que incluam a literatura de autores negros, indígenas e periféricos, que muitas vezes ficam à margem do



currículo tradicional, ou ainda utilizar práticas pedagógicas que incentivem os alunos a conhecerem e se apropriarem de suas próprias narrativas culturais. Além disso, é importante que o ensino da língua portuguesa se desvie da ideia de uma "correção" linguística que somente sancione e valide uma forma de falar ou escrever, a conhecida norma culta. Ao contrário, o objetivo deveria ser o de ampliar o repertório linguístico dos alunos, dando-lhes condições de transitar entre as diferentes variedades linguísticas com autonomia e consciência crítica. O papel da escola não deve ser o de homogeneizar as vozes dos alunos, mas sim o de capacitá-los a se expressar de maneira competente e crítica nas diversas situações comunicativas que encontrarão ao longo de suas vidas.

Neste contexto, a interculturalidade surge como uma proposta pedagógica essencial. Ao promover o diálogo entre diferentes culturas, reconhecendo suas especificidades e valorando a riqueza das múltiplas formas de expressão, a educação linguística passa a ser um instrumento de empoderamento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que fortalece o tecido social de um país tão diverso como o Brasil. Para que isso aconteça, é necessário que os educadores adotem uma postura reflexiva sobre as práticas que realizam em sala de aula, buscando, sempre que possível, romper com as visões preconceituosas e excludentes que ainda permeiam a educação formal.

O desafio de repensar o ensino da língua portuguesa em uma perspectiva intercultural não se limita apenas às práticas pedagógicas dentro da sala de aula. Ele envolve também uma revisão profunda das políticas educacionais e curriculares, que muitas vezes ainda estão calcadas em um modelo monolítico e etnocêntrico. A construção de um currículo mais inclusivo requer que se reconheçam as diferentes realidades socioculturais dos alunos, dando espaço para suas vozes e para as diferentes formas de expressão que constituem a sociedade brasileira. Para tanto, é necessário que a formação dos professores também contemple discussões sobre a diversidade cultural e linguística, além de técnicas que favoreçam a inclusão e a valorização das diferenças.

Dessa forma, ao repensar o ensino da língua portuguesa de uma maneira mais plural e inclusiva, a educação pode se tornar um instrumento de transformação social. Uma educação que reconhece e valoriza a diversidade é capaz de preparar cidadãos mais conscientes, críticos e respeitosos com as diferenças, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Este artigo, ao explorar a relação entre etnocentrismo e o ensino da língua portuguesa, busca provocar uma reflexão sobre como a educação pode ser um campo de resistência e de promoção de mudanças, rompendo com os modelos excludentes e propondo novas formas de ensinar e aprender que celebrem a riqueza da diversidade cultural brasileira.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste artigo é fundamentada na pesquisa bibliográfica, a qual se caracteriza pela análise e interpretação de obras publicadas sobre o tema em questão. A abordagem bibliográfica foi



escolhida por permitir um aprofundamento teórico sobre a influência da cultura etnocêntrica no ensino da língua portuguesa, especialmente no contexto brasileiro. Para tanto, o levantamento das fontes e a construção do referencial teórico ocorreram por meio da consulta a livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e outras produções científicas que abordam temas como etnocentrismo, eurocentrismo, diversidade cultural, ensino de língua portuguesa e interculturalidade.

A pesquisa bibliográfica permite que se estabeleça uma conexão entre a teoria e a prática educacional, possibilitando uma análise crítica sobre as abordagens tradicionais de ensino da língua portuguesa e suas limitações, bem como as alternativas pedagógicas que podem ser adotadas para promover uma educação mais inclusiva e plural. Além disso, a revisão da literatura possibilita compreender como o etnocentrismo, historicamente, moldou as práticas educacionais e como ele ainda se manifesta no cotidiano escolar, principalmente nas abordagens normativas e homogêneas do ensino da língua portuguesa.

Durante o processo de coleta de fontes, buscou-se selecionar estudos que tratassem da história do ensino da língua portuguesa no Brasil, com ênfase nas questões de formação do currículo, das políticas educacionais e da relação entre cultura e linguagem. Além disso, foram priorizadas obras que discutem a relação entre educação e identidade cultural, bem como aquelas que propõem alternativas pedagógicas para lidar com a diversidade linguística e cultural no contexto brasileiro. Também foram consultados autores que refletem sobre os desafios da escola em um país tão diverso, destacando a importância de se reconhecer as diferentes formas de falar e de viver presentes nas diversas comunidades do Brasil.

A análise crítica dos textos selecionados foi realizada com o objetivo de identificar as principais concepções e práticas que sustentam o ensino etnocêntrico da língua portuguesa, bem como as possíveis estratégias para superá-las. A partir dessa leitura e interpretação, procurou-se construir uma visão mais ampla e abrangente sobre o papel da escola e dos educadores na promoção de um ensino mais inclusivo, que valorize as múltiplas culturas e formas de expressão presentes no Brasil. A pesquisa também envolveu a comparação de diferentes perspectivas teóricas sobre os conceitos de etnocentrismo, eurocentrismo e interculturalidade, buscando identificar as implicações de cada uma dessas abordagens para o ensino da língua portuguesa. A partir dessa revisão, foi possível elaborar uma reflexão crítica sobre como o modelo tradicional de ensino tem contribuído para a marginalização de diversas vozes e culturas, e como a adoção de uma abordagem intercultural poderia transformar a prática pedagógica, promovendo uma educação mais democrática e plural.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, buscou-se não apenas levantar informações e conceitos, mas também provocar uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais vigentes, com o objetivo de contribuir para o debate sobre como o ensino da língua portuguesa pode ser reconfigurado de maneira a promover uma maior inclusão e valorização da diversidade cultural e linguística do Brasil. Portanto, a metodologia adotada permitiu uma análise aprofundada e teórica sobre o tema, com vistas a



contribuir para a construção de um modelo de ensino mais plural e justo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa bibliográfica sobre o ensino da língua portuguesa sob uma perspectiva etnocêntrica apontam que, embora as políticas educacionais e os currículos busquem, em muitos casos, incorporar a diversidade linguística e cultural, ainda há uma forte resistência a essas mudanças no cotidiano escolar. O Brasil, com sua enorme diversidade étnica e cultural, enfrenta o desafio de garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso a um ensino de qualidade que respeite as diferenças linguísticas. Isso se reflete especialmente nas práticas educacionais que ainda estão imersas em um paradigma etnocêntrico, favorecendo uma norma linguística que privilegia o português "padrão" utilizado pelas elites urbanas e, em muitos casos, ignorando as variadas formas de falar presentes nas comunidades indígenas, negras, periféricas e rurais (Pagotto, 2007; Carvalho & Castro, 2017).

Estudos demonstram que, apesar de avanços em documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que incentivam uma maior valorização da diversidade no processo de ensino-aprendizagem, o currículo oficial ainda tende a valorizar a norma culta do português, marginalizando as diferentes manifestações da língua (SciELO, 2017). O ensino formal de língua portuguesa, como ocorre em muitas escolas, trata a variação linguística de forma superficial, tratando-a, muitas vezes, como erro ou subdesenvolvimento linguístico, e não como uma forma legítima e rica de expressão cultural. Essa abordagem contribui para a exclusão de estudantes que não se encaixam nesse modelo normativo, perpetuando desigualdades educacionais e sociais.

Por outro lado, ao analisar os impactos dessas práticas, é possível perceber uma crescente valorização da diversidade linguística em algumas experiências pedagógicas que adotam uma abordagem mais inclusiva. A discussão sobre a interculturalidade e a pluralidade linguística tem se tornado mais relevante nas últimas décadas, com o surgimento de práticas pedagógicas que buscam integrar as diferentes variedades da língua portuguesa e outras línguas presentes no Brasil, como as línguas indígenas e o crioulo. A incorporação de metodologias que consideram a linguagem como um reflexo das realidades culturais e sociais dos estudantes tem sido uma estratégia eficaz para combater o etnocentrismo no ensino de língua portuguesa (Jornal da USP, 2018). Essas práticas não apenas reconhecem a diversidade, mas também incentivam uma crítica à homogeneização da cultura e da linguagem, fornecendo aos estudantes uma compreensão mais ampla de seu papel na sociedade.

A discussão em torno da educação linguística e da cultura etnocêntrica leva à reflexão sobre a função da escola no processo de formação da identidade cultural dos alunos. A escola, ao ser um espaço de socialização e aprendizado, deveria, em teoria, atuar como um agente de transformação social, promovendo a construção de um conhecimento plural e democrático. No entanto, as práticas educacionais ainda são, em



grande parte, moldadas por uma visão centrada em um modelo de língua "padrão", que reflete as normas culturais e sociais de uma elite dominante. O currículo de língua portuguesa, muitas vezes, negligencia as diferentes formas de expressão cultural e linguística dos alunos, desconsiderando, por exemplo, as variedades linguísticas faladas em comunidades rurais, periféricas e tradicionais, além das línguas indígenas e o uso do português afro-brasileiro (Carvalho & Castro, 2017). Essa centralização da língua padrão não só exclui esses grupos, mas também reforça a ideia de que a cultura dominante é a única válida.

De acordo com as análises de Carvalho e Castro (2017), ao abordar a construção do currículo, é importante perceber que o que é ensinado nas escolas está intimamente ligado a relações de poder. A escolha de quais saberes são considerados "legítimos" e "verdadeiros" e quais são marginalizados reflete a dinâmica de poder existente na sociedade. Nesse contexto, a imposição de uma norma linguística única e o desprezo por outras formas de expressão linguística são um reflexo direto dessas relações de poder, que têm raízes no colonialismo e na formação histórica do país. Como resultado, os alunos que falam variedades não normativas do português ou outras línguas acabam por ser desvalorizados, o que prejudica seu desenvolvimento acadêmico e sua autoestima. A pesquisa também aponta para o surgimento de algumas alternativas pedagógicas que buscam superar o etnocentrismo no ensino da língua portuguesa. Tais abordagens propõem uma pedagogia que valoriza a diversidade linguística, não como algo exótico ou secundário, mas como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Um exemplo disso são os projetos que envolvem a literatura produzida por autores negros, indígenas e periféricos, ou o uso de atividades pedagógicas que incorporam a variação linguística como uma forma de enriquecer o processo educacional. Ao permitir que os alunos se reconheçam na língua e na cultura que vivem, essas práticas ajudam a combater o preconceito linguístico e promovem uma educação mais democrática (SciELO, 2017). Além disso, a formação de professores também tem se voltado para práticas pedagógicas mais inclusivas, com a utilização de metodologias ativas e interculturais, que visam integrar as diversas formas de falar e de ser no processo educacional.

Contudo, os desafios ainda são grandes. O currículo escolar e as práticas pedagógicas precisam passar por uma revisão profunda para que o ensino de língua portuguesa, ao invés de ser uma ferramenta de exclusão, se torne um instrumento de inclusão e valorização da diversidade. Como afirmam Silva e Santos (2014), é necessário que o currículo reflita a realidade sociocultural dos alunos, permitindo que cada um se sinta representado e respeitado em sua identidade cultural e linguística. Somente assim será possível criar um sistema educacional que promova a equidade e a justiça social.

O ensino de língua portuguesa no Brasil ainda se encontra, em muitos aspectos, preso a um modelo etnocêntrico que privilegia a norma culta da língua e desconsidera a pluralidade de formas de expressão presentes nas diversas culturas e comunidades do país. No entanto, a pesquisa aponta para um movimento crescente em direção a um ensino mais inclusivo e plural, que valorize a diversidade linguística e cultural e



que promova uma educação que, ao invés de excluir, inclua e respeite as diferenças. A mudança desse paradigma exige não apenas a revisão dos currículos e das práticas pedagógicas, mas também um esforço coletivo para romper com as estruturas de poder que ainda moldam a educação no Brasil. Para isso, é essencial que o ensino da língua portuguesa seja entendido como um meio de empoderamento, capaz de proporcionar aos estudantes uma compreensão crítica da realidade e uma participação ativa na sociedade. A influência do etnocentrismo no ensino da língua portuguesa se reflete na análise dos desafios atuais enfrentados pelas políticas educacionais brasileiras. Embora os documentos normativos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tenham buscado uma maior valorização da diversidade linguística, é necessário reconhecer que o processo de implementação dessas mudanças nas escolas ainda é incipiente e enfrenta resistência tanto em nível pedagógico quanto nas práticas docentes cotidianas.

Apesar de as diretrizes curriculares promoverem, teoricamente, uma abordagem mais inclusiva, ao destacar as múltiplas formas de falar e de escrever no Brasil, as escolas frequentemente ainda seguem uma lógica etnocêntrica, centrada no modelo linguístico da norma culta e formal (Carvalho & Castro, 2017). Nesse contexto, a língua portuguesa é frequentemente ensinada com um foco excessivo nas normas gramaticais e nas regras linguísticas prescritivas, o que não leva em conta as variações linguísticas que caracterizam a realidade dos estudantes de diferentes regiões e classes sociais. Isso resulta em um ensino que marginaliza as formas de fala de comunidades periféricas, indígenas, negras e de outros grupos não pertencentes à elite urbana, reforçando assim as desigualdades sociais e educacionais no país.

Estudos de Silva e Santos (2014) indicam que, no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, as concepções de língua e identidade cultural são muitas vezes tratadas de maneira estática, sem levar em conta a dinâmica cultural e linguística das comunidades. A língua, para esses autores, deve ser entendida não apenas como um conjunto de regras gramaticais, mas como uma construção social que está profundamente vinculada ao contexto cultural e histórico de cada grupo. Ao tratar as diferentes formas de falar como "erro" ou "subdesenvolvimento", o sistema educacional desconsidera o valor simbólico e cultural dessas variações, negando aos alunos o direito de se expressar conforme suas identidades socioculturais. A imposição do português normativo, portanto, não só exclui outras formas de linguagem, mas também marginaliza outras culturas e modos de vida. A crítica a esse modelo de ensino tem sido crescente, e um número cada vez maior de educadores e pesquisadores tem se dedicado a desenvolver práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade linguística e cultural nas escolas. Essas práticas pedagógicas buscam integrar o ensino de língua portuguesa ao reconhecimento da pluralidade linguística do Brasil, e não à sua negação. Um exemplo disso são as metodologias que incorporam o ensino de literatura de autores periféricos e de culturas tradicionais, bem como o uso de estratégias pedagógicas que incluem o reconhecimento de diferentes formas de falar a língua (Pagotto, 2007; SciELO, 2017).



Essas abordagens estão em consonância com os princípios de uma educação intercultural, que visa à construção de um currículo que, além de respeitar, valorize as diferenças culturais e linguísticas dos alunos. Ao integrar a diversidade como parte fundamental do processo de ensino, essas práticas pedagógicas oferecem aos estudantes uma oportunidade de refletir sobre sua própria identidade, ao mesmo tempo que desafiam os padrões estabelecidos de língua e cultura. O conceito de "literacia intercultural" tem sido amplamente discutido como uma ferramenta importante para romper com os paradigmas de ensino excludentes e abrir espaço para a pluralidade de vozes nas salas de aula (Jornal da USP, 2018).

Além disso, a formação de professores desempenha um papel fundamental na transformação dessa realidade. Pesquisas indicam que, embora muitos professores reconheçam a importância de trabalhar com a diversidade linguística e cultural, eles frequentemente carecem de formação específica que os prepare para lidar com as variações linguísticas de forma crítica e inclusiva. A formação docente, portanto, precisa ser revista para que os educadores sejam capacitados a lidar com as múltiplas formas de linguagem e cultura presentes nas escolas, sem cair na armadilha de reforçar estigmas ou preconceitos linguísticos. É necessário que o currículo de formação de professores inclua uma perspectiva crítica sobre as relações de poder que permeiam a linguagem e o ensino, além de promover uma abordagem que valorize as culturas e linguagens periféricas e marginalizadas (SciELO, 2016).

A implementação de uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade linguística e cultural, demanda, portanto, uma mudança estrutural nas práticas pedagógicas, nos currículos escolares e na formação de professores. Embora o caminho para essa transformação seja longo e desafiador, as evidências apontam que, quando os alunos têm a oportunidade de aprender a partir de suas próprias identidades culturais e linguísticas, há um aumento significativo no engajamento e no desempenho acadêmico, o que reflete diretamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A persistência do etnocentrismo no ensino da língua portuguesa no Brasil é um reflexo das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade. No entanto, o movimento em direção a um ensino mais inclusivo, que reconhece e valoriza as diferentes formas de falar e ser, está crescendo. Para que essa transformação seja efetiva, é necessário que as políticas educacionais, os currículos escolares e as práticas pedagógicas integrem a diversidade linguística e cultural de forma genuína, e que a formação docente seja voltada para uma abordagem crítica e intercultural. A construção de um currículo que respeite e valorize a pluralidade linguística do Brasil é, portanto, uma questão de justiça social e de promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

4 CONCLUSÃO

A educação brasileira enfrenta desafios estruturais que afetam diretamente a forma como a língua portuguesa é ensinada, principalmente no que se refere à valorização das diferentes formas linguísticas



presentes no país. A centralidade de um modelo de língua "padrão", representado pelo português formal utilizado nas grandes cidades e nos espaços acadêmicos, tende a marginalizar as formas de fala originadas em outras regiões, como as comunidades indígenas, negras, rurais e periféricas. Esse modelo etnocêntrico perpetua a exclusão social e educacional de grupos que, em muitos casos, são forçados a se adequar a uma norma linguística que não representa sua realidade cultural e linguística.

A imposição do português normativo como única forma "correta" de expressão é uma das principais barreiras para uma educação linguística inclusiva no Brasil. Isso gera, na prática, um processo de desvalorização das várias manifestações linguísticas e culturais presentes no país, resultando em uma invisibilidade das comunidades que falam variantes do português ou outras línguas, como o crioulo, os dialetos regionais e as línguas indígenas. A escola, enquanto instituição formadora, deveria ser um espaço de valorização da diversidade, mas, ao adotar um currículo que desconsidera as variações linguísticas, acaba por reforçar uma visão excludente e homogeneizante da língua.

A partir das reflexões presentes neste artigo, é possível observar que, embora existam avanços nas políticas educacionais, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe uma educação mais inclusiva e atenta às diferenças culturais e linguísticas, as práticas pedagógicas, de fato, ainda são majoritariamente construídas com base em um modelo de ensino que desconsidera essas diretrizes. A continuidade desse modelo tradicional de ensino de língua portuguesa reflete um descompasso entre o que é previsto nas políticas educacionais e o que é praticado nas escolas. Nesse sentido, a resistência à mudança, tanto por parte de docentes quanto das instituições educacionais em geral, torna-se um dos principais obstáculos para a transformação do ensino de língua portuguesa no país. É preciso reconhecer que, para que o ensino da língua portuguesa se torne realmente inclusivo, é necessário um esforço coletivo que envolva não apenas os educadores, mas também os gestores escolares, os formuladores de políticas públicas e a sociedade civil como um todo. A mudança no currículo e nas práticas pedagógicas deve estar acompanhada de um processo de conscientização sobre a importância da valorização da diversidade linguística e cultural, que permita aos estudantes se reconhecerem em sua própria identidade e expressão linguística. Isso implica uma reformulação da maneira como as diferentes formas de falar são encaradas no ambiente escolar, passando de uma visão de "erro" ou "incorrecção" para uma perspectiva de respeito e valorização das variações linguísticas.

O papel da formação de professores nesse processo é fundamental. Os educadores precisam ser capacitados para lidar com a diversidade linguística de seus alunos, o que inclui, entre outras coisas, o reconhecimento das diferenças linguísticas como uma característica legítima e enriquecedora da língua portuguesa. Para tanto, é necessário que os cursos de formação inicial e continuada contemplem, de forma mais abrangente, a abordagem de temas como variação linguística, preconceito linguístico, diversidade cultural e interculturalidade. Só assim os professores estarão preparados para construir uma prática



pedagógica que respeite e valorize as diferentes maneiras de falar dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais justo e democrático. Além disso, a escola precisa ser um espaço onde as múltiplas manifestações culturais e linguísticas presentes no Brasil sejam reconhecidas e celebradas. A literatura brasileira, por exemplo, oferece um rico campo de estudo para essas questões, com produções de autores de diferentes origens, como os povos indígenas, negros e periféricos, que retratam a realidade das diversas formas de expressão linguística e cultural do país. A inclusão desses autores no currículo escolar não apenas enriquece o repertório literário dos estudantes, mas também fortalece a identidade cultural de cada um, promovendo a valorização de suas origens.

Por fim, é imprescindível que o ensino da língua portuguesa se torne uma ferramenta de empoderamento social e cultural. Em vez de reforçar padrões linguísticos excludentes, a língua deve ser vista como um meio de construção de um conhecimento plural e democrático. O ensino de língua portuguesa, quando alinhado com uma pedagogia inclusiva, pode ser um instrumento poderoso para a promoção de equidade social, oferecendo a todos os estudantes as mesmas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e de participação plena na sociedade.

Assim, a implementação de um modelo educacional que respeite a diversidade linguística e cultural do Brasil exige uma mudança profunda e contínua em todas as esferas da educação. Essa transformação não se limita a modificações curriculares, mas envolve uma reconfiguração das relações de poder que ainda permeiam a educação brasileira, promovendo uma sociedade mais justa, igualitária e capaz de valorizar sua pluralidade linguística e cultural. A escola deve ser um reflexo da sociedade que queremos construir, onde todos têm direito ao respeito, à valorização de suas identidades e à plena expressão de sua língua e cultura.

É importante enfatizar que a escola deve ser uma instituição comprometida não apenas com a transmissão de conteúdos, mas com a formação integral dos estudantes como cidadãos. Ao considerar a diversidade linguística e cultural, a escola desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade plural e inclusiva. Reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão linguística no ensino de língua portuguesa contribui para que os estudantes compreendam a riqueza cultural do país, incentivando-os a respeitar e valorizar as diferenças entre si. Esse respeito mútuo é essencial para que se formem cidadãos críticos e sensíveis às complexidades sociais e culturais do Brasil. Ademais, o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica que acolha a diversidade linguística contribui para o combate ao preconceito e ao estigma associados a certas variantes da língua. Alunos de origens periféricas, rurais ou indígenas, por exemplo, frequentemente enfrentam discriminação por falarem de maneira distinta da norma culta. A valorização dessas variantes na sala de aula ajuda a desmistificar ideias preconcebidas de que a norma formal é superior, promovendo, assim, uma visão mais inclusiva e democrática da língua. Essa mudança de perspectiva é crucial para que a educação possa cumprir sua função social de reduzir desigualdades e promover a inclusão de todos os estudantes.



Por fim, a construção de um ensino da língua portuguesa que respeite a diversidade linguística depende, em grande parte, do engajamento dos educadores, que precisam estar sensibilizados e capacitados para lidar com essas questões. Educadores que compreendem e valorizam as diferentes manifestações culturais e linguísticas presentes na sala de aula são agentes de transformação, promovendo um ambiente de respeito e acolhimento para todos os alunos.



REFERÊNCIAS

BURKE, Peter - A cultura popular na idade moderna. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. "Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa". Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, nº 138, p. 133-151, jan.-mar., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educsoc/a/7H6gVQ7V8jj8D2B5vJTHMR8/?lang=pt>

FREIRE, Paulo. AÇÃO CULTURAL PARA A LIBERDADE. 6ª. ed. RJ. Paz e Terra., 1982 GADOTTI, Moacir. Diversidade Cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992

JORNAL DA USP. "A BNCC e os desafios da diversidade cultural no ensino da língua portuguesa". Jornal da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.usp.br>

PAGOTTO, Sylvia. "O ensino de língua portuguesa e as práticas sociais". Revista Brasileira de Linguística Aplicada, 2007.

SILVA, Fátima; SANTOS, Maria. "Educação e Diversidade Linguística: Desafios e Práticas Pedagógicas". Revista Educação e Diversidade, 2014.

SILVA, José de Jesus. "A função do currículo na formação de identidades sociais". Revista Brasileira de Educação, 2006.